

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/269037923>

A violência da cor: Sobre racismo, alteridade e intolerância

Article · January 2006

CITATIONS

6

READS

800

1 author:



[Junia Vilhena](#)

Pontifícia Universidade Católica do Rio de ...

106 PUBLICATIONS 44 CITATIONS

SEE PROFILE

ARTIGO

A VIOLÊNCIA DA COR: SOBRE RACISMO, ALTERIDADE E INTOLERÂNCIA

Junia de Vilhena

Pontifícia Universidade Católica - Rio de Janeiro

Research Support Tool

For this avaliação pelos pares artigo

[Capture Cite](#)

[View Metadata](#)

[Supp. Files](#)

[Print Version](#)

[Context](#)

[Author Bio](#)

[Other Works](#)

[Define Terms](#)

[Related Studies](#)

[Book Reviews](#)

[Pay-Per-View](#)

[Surveys](#)

[Social Sci Data](#)

[Social Theory](#)

[Government](#)

[Databases](#)

[Online Forums](#)

[Legal Materials](#)

[Gov. Policy](#)

[Media Reports](#)

[Google Search](#)

[Action](#)

[Email Author](#)

[Add Comment](#)

[Email Others](#)

Resumo: Este trabalho tem como objetivo discutir algumas das conseqüências psíquicas da intolerância presente na contemporaneidade, tomando como fio condutor o preconceito racial, suas consonâncias e dissonâncias no agenciamento da subjetividade. Partindo do pressuposto que a violência racista do branco, assim como outras formas fundamentalistas de segregação, é exercida, antes de tudo, pela impiedosa tendência a destruir a identidade do sujeito, no caso do negro, através da internalização forçada e brutal dos valores e ideais brancos, observamos que, frequentemente, este é obrigado a adotar para si modelos incompatíveis com seu próprio corpo - o fetiche do branco, da brancura. Ao discutir o caráter ideológico do racismo, a autora, baseada em Hanna Arendt, aponta para o poder de persuasão que fixa negros, trabalhadores pobres, desempregados, indigentes, loucos, mulheres, etc. em identidades coletivas e serializadas.

Palavras chave – intolerância, racismo, ideologia, alteridade.

The violence of colour: on Racism , alterity and intolerance

Abstract: The article discusses some of the psychic consequences of intolerance against the other, taking as an example racial prejudice, their consonances and dissonances in the process of the construction of subjectivity. Assuming that denial of alterity, so much present in our culture is exercised, mostly, by the merciless tendency to destroy the subject's identity, the author points out how the brutal internalization of white values and ideals frequently, forces black people to adopt for themselves incompatible models with his/her own body - the fetish of the white, and that of the whiteness. When discussing the ideological aspects of racism, the author, based on Hanna Arendt points out the power of persuasion that reduces black people, poor workers, unemployed, indigent, crazy, women, and others socially excluded to a collective and serialized identity.

Key Words – intolerance, racism, ideology, alterity.

1. Introdução

“Vivemos num campo de concentração/Somos o lixo, a bucha do canhão/De um lado os Alvos,/brancos, tiranos/Senhores carrascos mundanos/Do outro, o medo, os pretos, plebeus/Escravos, mulatos, ateus”

MV Bill

O que leva um ser humano a eleger como inferior tudo aquilo que dele difere? Como entender o sofrimento daquele que é levado a crer que por não pertencer à minoria privilegiada, que dita os chamados parâmetros da normalidade, beleza e sucesso, está fadado, não apenas ao fracasso, como, sobretudo, à justificativa de sua infelicidade?

O momento atual parece agudizar a dialética entre a identidade e alteridade, conduzindo-a a um paroxismo (Pelbart, 2003). O encontro com o Outro não é mais uma possibilidade de deixar-se afetar e de permitirem-se novas interações, mas uma ameaça em potencial. Nos fundamentalismos cotidianos inventa-se e recria-se o perigo e o inimigo – bandido, favelado, traficante, negro, homossexuais e prostitutas - para que se possa oferecer segurança e defesa e a ilusão de ordem.

Iniciarei este artigo com uma frase de Enzenberger:

“o homem é o único ser vivo que planeja, a extinção da própria espécie. Os animais lutam, mas não fazem guerra. O homem é o único primata que planeja o extermínio dentro de sua própria espécie e o executa entusiasticamente e em grandes dimensões...” (1995:9).

Ou seja, em seu domínio, na Natureza, o animal caça e mata para comer, para defender-se e por instinto de auto-preservação. O Homem, em seu domínio, a Cultura, causa sofrimento também por conveniência, por intolerância e por prazer.

Este trabalho tem como objetivo discutir algumas das conseqüências psíquicas da intolerância e da negação da alteridade no agenciamento da subjetividade do sujeito contemporâneo. Para tal, tomaremos como eixo condutor, uma das formas de intolerância, bastante marcadas em nossa sociedade, que é o preconceito racial, suas consonâncias e dissonâncias no agenciamento da subjetividade, bem como as repercussões observadas em nossa prática clínica.

Longe de pretender esgotar o tema, o que buscamos neste trabalho, como em um caleidoscópio, é apresentar uma das múltiplas visões que possam espelhar parte do sofrimento vivido por todo aquele afetado pela intolerância e pela discriminação. Neste sentido, se há um ponto comum que a todos afeta – daí, tratarmos de diversas formas de intolerância –, há também algo de específico no caso do racismo, onde mais nos deteremos.

Contudo, é bom lembrar que não se trata de deixar de lado o que está referido à patologia social, à história, às práticas vigentes, nem de apagar as

diferenças; mas sim de estar atento à irreducibilidade do sujeito a qualquer registro.

Sendo cultura o outro do sujeito, não há como pensá-lo fora dela. Conforme afirmamos em um trabalho anterior

“Diferentes códigos lingüísticos, ethos e representações são enunciados de uma singularidade daquele que fala - seja ele pobre ou rico -, obedecendo a uma lógica própria, do inconsciente, não podendo ser reduzidos a quaisquer categorias previamente estabelecidas. Tal afirmação, ao contrário de negar diferentes determinantes de uma identidade - que sem dúvida alguma é também socialmente construída -, desloca-nos de uma escuta etnocêntrica remetendo-nos ao que nos parece tão óbvio quando exercido em nossa prática privada: a escuta do desejo. Mais ainda, não será inerente à nossa própria tarefa a escuta de diferentes sistemas simbólicos? O desejo é polissêmico, poliglota, paradoxal. Coloca em cena o plural e o singular, numa relação dialógica de complementaridade” (Vilhena & Santos, 2000:166).

Em outras palavras – qualquer que seja o recorte escolhido – psicológico, antropológico, sociológico, histórico ou político – este será sempre insuficiente, fragmentário, uma vez que não há como reduzir o ser humano – em toda a sua complexidade a apenas uma categoria representacional.

Neste trabalho, é utilizando os conceitos da clínica, que nos desvela o sofrimento psíquico dos sujeitos em pauta, no qual nos deteremos. Enfatizamos, como já afirmamos em trabalhos anteriores, que é sempre importante ter muito claro o lugar de onde falamos – este define os registros aos quais nos atemos e os determinantes que privilegiamos.

2. Sobre a naturalização do preconceito

“Todas as espécies de animais que Deus havia criado foram preservadas na arca de Noé. As espécies mescladas que Deus não criou, e que foram o resultado de amalgamas (mistura de raças), foram destruídas pelo dilúvio. Desde o dilúvio, tem havido amalgama (mistura de raças) entre seres humanos e bestas, como pode-se ver ... em certas raças de homens”

Ellen G White

A história mostra-nos, através do racismo, do preconceito sexual e da indiferença face aos miseráveis, a facilidade com que se desumaniza o "diferente" ou "inferior" sem que nos sintamos minimamente responsáveis. Acreditando que este não é sujeito moral como "nós", toda crueldade pode ser cometida. A famosa frase de Hitler ilustra bem o que estou apontando: *“sem dúvida alguma os judeus são uma raça, mas não são humanos”*.

A violência a qual o negro no Brasil sempre esteve submetido não é apenas a da força bruta. A violência racista do branco é exercida, antes de tudo, pela

impiedosa tendência a destruir a identidade do sujeito negro. Este, através da internalização forçada e brutal dos valores e ideais do branco é obrigado a adotar para si modelos incompatíveis com seu próprio corpo - o fetiche do branco, da brancura. Citemos como exemplos banais: o cabelo liso e o nariz fino.

Para o sujeito negro oprimido, os indivíduos brancos, diferentes em suas realidades psíquicas, econômicas e sociais assumem um caráter universal onde somente a "brancura" é percebida e mitificada. A interiorização de tais ideais pode, e freqüentemente leva, como veremos a seguir, à alienação e à negação da própria natureza humana, oferecendo como única "salvação" o embranquecimento físico e/ou cultural.

Ser diferente é ser uma exceção - ou seja, o negro "normal" é marginal, ignorante. O discurso ideológico da sociedade é introjetado e assimilado pelo Super-Ego. Na formação do seu Ideal de Ego não lhe escapa nenhuma das características do modelo opressor: ser branco, rico e consumidor!

Ser negro é ser violentado continuamente de forma constante e cruel, como aponta Costa: *"o sujeito violentado é o que sabe ou virá a saber, sente ou virá a sentir que foi submetido a uma coerção e a uma dor absolutamente desnecessários ao crescimento, desenvolvimento e manutenção de seu bem-estar, enquanto ser psíquico"* (1984:77).

A brancura transcende o homem branco. Nada pode macular esta brancura que, a ferro e fogo, cravou-se na consciência negra como sinônimo de pureza artística, nobreza estética, majestade moral, sabedoria científica e etc. O belo, o bom, o justo e o verdadeiro são os brancos.

O branco foi e continua sendo a manifestação do Espírito, da Idéia e da Razão. O branco e a brancura são os únicos legítimos herdeiros e construtores do progresso e desenvolvimento do homem. Eles são a cultura e a civilização, em uma palavra - a "humanidade". Neste sentido, a maioria da população brasileira, negra introjetou o ideal do branqueamento que não apenas interfere no processo de construção de identidade como na formação da auto-estima geralmente baixíssima e na super-valorização idealizada da população branca.

Durante toda a Idade Média até os séculos das Luzes, o imaginário europeu, foi constituído pela existência de seres fantásticos que lhes geravam simultaneamente medo e fascínio. Figuras monstruosas, homens com um pé só ou com orelhas enormes, ocupavam lugar nas descrições da África e Ásia desde a Antigüidade, e figuravam na cosmografia renascentista. Ainda em 1660, em uma gravura de Mazot representando a África (F. Mazot, *As Quatro Partes do Mundo: a África*. Paris, Biblioteca Nacional) se podia ver a imagem de um dragão, sobrevoando os céus. (Santos, 2002)

Na cultura ocidental, a cor negra está associada ora a um sentimento de fascínio exótico ora a uma sensação de medo ou horror, como veremos mais adiante.

3. Des- construindo uma identidade

"Quando as pessoas gostam de mim, dizem que isto se dá apesar de minha cor.

Quando não gosta, afirmam que nada tem a ver com a minha cor!"

Frantz Fanon

A família (real ou substituta) é o primeiro lugar onde a ação constituinte do Ideal do Ego se desenrola. Para recuperar o narcisismo original perdido é preciso que haja um modelo a partir do qual o sujeito possa se constituir, ainda que seja através de uma mediação - idealização dos pais ou substitutos e ideais coletivos. O Ideal do Ego é então a instância que estrutura o sujeito psíquico, vinculando-o à Lei e à Ordem - uma conexão da normatividade libidinal com a cultural, como aponta Freud (1914,1921).

Winnicott (1987), que sempre enfatizou a importância da provisão ambiental satisfatória, apontava dois riscos possíveis, e não excludentes, para aqueles que sofriam privações precoces. Uma direção era representada pelo roubo e a outra pela destrutividade. Durante um certo tempo estas manifestações podem surgir e representar uma forma de solicitar uma mudança no ambiente.

Contudo, elas só acontecem se e enquanto a criança tiver esperança. Esperança não só de ver suas necessidades atendidas, mas, também, de poder contar com o outro, de poder ser amada, de poder construir projetos de vida. Depois de um tempo, se não há respostas favoráveis, a esperança desaparece e a situação se cronifica tornando o seu manejo muito mais difícil.

Em nosso imaginário social, o negro sempre esteve associado ao que é ruim, refletindo-se mesmo na linguagem: a coisa está preta, humor negro, um futuro negro e etc... Como será isto vivido por ele? Que conseqüências terão em seu processo de subjetivação?

No caso do negro, e o trabalho de Neuza Santos (1983) é magistral nesta avaliação, o que iremos observar é a encarnação no corpo negro dos ideais do homem branco, destruindo a sua identidade, levando-o a desejar e projetar um futuro que redunde em sua própria extinção - o *embranquecimento*. É com desprezo e vergonha que falam do "cabelo ruim", da "bunda grande" ou do "beijo grosso". O corpo é, assim, vivido de forma persecutória uma vez que é o grande obstáculo à realização de uma "identidade branca" que foi coagido a aceitar.

Pela repressão ou pela persuasão leva-se o sujeito negro a desejar, invejar e projetar um futuro calcado em uma realidade diferente de sua história única, pessoal e de seu corpo. Todos os seus ideais convertem-se em um ideal de retorno ao passado, onde ele poderia ter sido branco, ou na projeção de um futuro, onde seu corpo e identidade negros deverão desaparecer (Santos,1983).

A direção mortífera desses ideais é trágica como aponta a autora -, o negro, no desejo de embranquecer, deseja nada mais nada menos, que a sua própria extinção. Seu projeto, de no futuro deixar de existir; sua aspiração , a

de não-ser ou não ter sido.

Ao repudiar a cor repudia radicalmente o corpo. É com desprezo, vergonha ou hostilidade que se refere ao "beijo grosso", "nariz chato e grosso", "cabelo ruim", "bundão" e assim por diante.

"A reação ao pensamento do negro frente à violência do Ideal branco não é uma resposta ao desprazer da frustração. Elemento periférico do conflito, mas uma réplica à dor. O sujeito negro, diante da "ferida" que é a representação de sua imagem corporal, tenta, sobretudo, cicatrizar o que sangra. É a este trabalho de cerco à dor e regeneração da lesão que o pensamento se dedica... O tributo pago pelo negro à espoliação racista do seu direito à identidade é o de ter que conviver com um pensamento incapaz de formular enunciados de prazer sobre a identidade do sujeito. O racismo tende a banir da vida psíquica do negro todo prazer de pensar e todo pensamento de prazer..." (Costa, prefácio Santos, 1983, p10).

Este é o segundo traço da violência racista. Estabelecer uma relação de desqualificação entre o sujeito negro e seu corpo. Sabemos que a identidade do sujeito depende, em grande medida, da relação que o sujeito cria com seu corpo. Para criar uma estrutura psíquica harmoniosa, é necessário, como aponta a psicanálise, que o corpo seja predominantemente vivido e pensado como local e fonte de prazer. Quando tal não acontece, torna-se um corpo perseguidor, odiado, visto como foco permanente de ameaça de dor e de morte.

O sujeito negro que abdica de seus direitos humanos, resignando-se à passiva condição de inferior, vem a sofrer uma dramática contradição. É no momento mesmo em que o negro reivindica sua condição de igualdade perante a sociedade, que a imagem de seu corpo surge como um intruso, como um mal a ser sanado, diante de um pensamento que se emancipa e luta pela liberdade enfatiza Costa.

O que observamos em nossa clínica é que um branco é apenas o representante de si - mesmo, um sujeito no sentido da palavra, onde a cor, via de regra não se constitui como um significante posto em relevo -, cor e raça não fazem questão na construção de sua subjetividade (Vilhena, 2005 b).

No caso do negro, freqüentemente, observamos o inverso: um negro representa uma coletividade racializada em bloco – cor e raça são eles mesmo, os significantes que o definem como sujeitos – quando de sujeito podemos falar, em virtude dos impasses da singularização.

Um dos elementos de expressão do racismo é a infra-humanização das vítimas, as quais são percebidas como possuindo mais características naturais ou naturalizadas do que culturais. Neste sentido, os grupos racializados (por exemplo, negros) são aproximados do pólo da natureza e

distanciados do pólo da cultura em relação aos grupos não "racializados", por exemplo, brancos, como aponta Cohen (1980).

Daniel Bar-Tal foi um dos pioneiros na análise da infra-humanização dos grupos minoritários, ao analisar o modo como judeus eram percebidos pelo regime nazista e afirmar que a infra-humanização pode ocorrer através da "deslegitimação" da categoria ou grupo social com a atribuição de características extremamente negativas:

“A desumanização envolve categorizar um grupo como não humano, seja pelo uso de categorias “de criaturas sub-humanas” tais como raça inferior ou animais ou seja pelo uso de categorias negativamente utilizadas como super-humanas, tais como demônios, monstros e criaturas satânicas. A caracterização por traços se dá através do uso de características vistas como extremamente negativas ou inaceitáveis em uma determinada sociedade” (1989: 93) ^[1].

Moscovici e Pérez (1999) argumentam que as representações sociais construídas sobre os grupos "racializados" podem estruturar-se em dois eixos: o eixo dos traços de natureza e o eixo dos traços de cultura. Os traços "naturais" são definidos como características que são usadas de maneira indiferenciada nas descrições de seres humanos e nas descrições de animais. Já os traços "culturais" são aqueles típicos dos seres humanos (Moscovici & Pérez, 1997).

Como aponta Carone (2003) o racismo, a despeito de todas as leis antidiscriminatórias apenas sofreu transformações formais de expressão:

“não é posto nem é dito, mas pressuposto nas representações que exaltam a individualidade a neutralidade racial do branco – a branquitude – reduzindo o negro a uma coletividade racializada pela intensificação artificial da visibilidade da cor e de outros traços fenotípicos aliados a estereótipos sociais e morais. As conseqüências são inevitáveis: a neutralidade de cor/raça protege o indivíduo branco do preconceito e da discriminação raciais na mesma medida em que a visibilidade aumentada do negro o torna alvo preferencial de descargas e frustrações impostas pela vida social” (p.23).

O racismo que, através da estigmatização do corpo, retira a dimensão de prazer do corpo negro, também perverte o pensamento do sujeito, privando-o da possibilidade de pensar o prazer e do prazer de pensar em liberdade. O pensamento do negro, como aponta Costa (1984), é um pensamento sitiado, acuado e acossado pela dor da pressão racista.

Pensar, como dizia Hanna Arendt (1951), é intrinsecamente uma atividade subversiva por ser um ato que ameaça todas as versões oficiais do direito e

da ordem - questiona a "história oficial". Por isto os sistemas totalitários impõem a verdade única e pensar livremente é crime. Mas como pensar, senão livremente?

O que mais assusta aos seres humanos é o pânico de perder o simbólico, de não conseguir representar aquilo que é vivido. Esse é o campo da estranheza, desse algo que é irrepresentável, que é vivenciado como medo de destruição, de castração, como uma ameaça. É a perda da possibilidade de pensar.

Uma das formas de adquirir segurança contra essa ameaça é nomeá-la como algo que (fazendo parte de mim) é externalizado como se não pertencesse [a mim], cria-se, desta forma, um duplo. O duplo é um 'outro eu de mim próprio' (Chnaiderman, 1996:89).

Contudo, criado para dar segurança ao eu contra aquilo que horroriza, não pode mais ser entendido como duplo e é tomado como um outro diferente e estranho. Como aponta Kristeva, *"da estranheza ao temor, da curiosidade ao medo, do amor ao ódio, o rosto do estrangeiro nos força a manifestar a maneira secreta que temos de encarar o mundo, de nos desfigurarmos todos, até nas comunidades mais familiares, mais fechadas"* (1994:11).

Esse "estranhamente familiar" é o aparecimento de algo que se precisou construir em um determinado momento da vida, por angústia, por medo de perda da identidade, por pânico do estilhaçamento. Mas quando isso emerge, quando isso que não se sabe que está dentro aparece fora, ocorre o "estranhamente familiar". (Chnaiderman, op.cit)

4. O outro e o mal

"Aprendemos a ser racistas, logo podemos também aprender a não ser. Racismo não é genético. Tem tudo a ver com poder".^[2]

Jane Elliot

Acusar de demoníacas as crenças de outros povos, para manter a ortodoxia de uma fé, é prática que remonta ao Antigo Testamento. Tal como ocorre com os cultos afro-brasileiros, e como já ocorria desde a Idade Média, sempre que se buscou impor um saber, uma fé ou uma prática, demonizou-se o Outro. (Vilhena & Medeiros, 2003). Designar aos negros atributos demoníacos possibilitou que a escravidão fosse tomada como forma de redenção já que se fossem vítimas ou agentes de Satã os africanos não poderiam ser abandonados sem a tentativa de livrá-los da influência do Maligno.

Mas nem só os religiosos são perseguidos. O que Freud já apontava era a questão da intolerância. Para Freud, nos grupos humanos há sempre a necessidade de se formarem pequenos círculos para designar como inimigos quem fora deles estiver – esta seria uma via de solução para a pulsão de

destruição. A lógica do *traço identificatório diferencial* rege a aversão que se produz entre comunidades vizinhas ou mesmo aparentadas - *narcisismo das pequenas diferenças* como Freud denominou em *O mal estar na civilização* (1930 [1929]).

Em *Moisés e o monoteísmo* [1939], em suas reflexões sobre o anti-semitismo, Freud assinala como a intolerância se manifesta muito mais no tocante às pequenas diferenças do que nas divergências fundamentais - o ódio ao “quase semelhante”. Neste caso, o ódio encontra seu objeto precisamente do campo do próximo, do semelhante – o próximo que somos supostos de amar como nos ensina o mandamento: “*amarás o próximo como a ti mesmo*”.

Para Collete Soller (citada por Cevasco e Zafiropoulos, 2001), a intolerância presente no racismo, não pode ser entendida apenas como um repúdio à diferença baseado na problemática da identificação: o racismo, segundo a autora, diz respeito a algo no discurso que não é linguagem, quer dizer o gozo.

Lacan [1969-1970] no texto sobre agressividade, retoma a proposição freudiana, ressaltando que nesta “pequena diferença” articula-se tanto uma função simbólica, um traço que nos singulariza, quanto a miragem do narcisismo, que acena com um horizonte de eliminação: ou eu ou o outro. Também se jogam as diferenças entre identificação e identidade, na subjetividade.

O ódio para Lacan deve, em última instância, estar referido a uma economia do gozo. O racismo é o ódio ao gozo do outro. É esta suposição do Gozo do Outro – como privativo de meu próprio gozo - que institui o Outro no lugar do estrangeiro, intruso, expropriador de meus bens, de meu país ou de minha fé.

Em 1921 Freud, em *Psicologia das Massas e Análise do Ego*, apontava que era ocupando o lugar de ideal de ego das massas que o líder se constituía como tal. É a partir deste lugar, idealizado, que se torna possível a formação de uma fratria, de um coletivo, que em busca da aprovação deste pai, frequentemente tirânico e dominador, exclui a todos que dela não participam.

Para Zafiropoulos e Assoun (1995), a compreensão do ódio, que enseja tanta intolerância, e que se encontra na base da história humana, está referida a dois grandes mitos: um formulado na Bíblia, e o outro formulado por Freud em *Totem e Tabu*. O primeiro descreve o ódio assassino entre irmãos, diferenciados pelo olhar do Deus-Pai Todo Poderoso; o mito Freudiano fala do ódio assassino dos irmãos, frente a um Pai tirânico usurpador de todos os bens e de todas as mulheres.

Seja qual for a importância da posse dos bens, que está em jogo no campo de enfrentamento social, o registro do genocídio só se desenvolve, completamente, na medida em que mobiliza o que há de mais sagrado na socialização do sujeito: o Nome do Pai, seu olhar aprovador e a lembrança angustiante de uma ameaça de invasão do olhar maligno do Estrangeiro “*parece ser muito difícil dar conta das lógicas do genocídio (ou de purificação*

étnica) sem convocar o “complexo paterno” – sobretudo em sua versão utilizada pelo discurso religioso” (1995:10).

Como ressalta Santos (2002) se o horror, a duplicação do eu, o estranhamente familiar são os elementos de nossa psique, de nosso inconsciente, que permitem a construção do outro como algo ameaçador e que deve ser destruído e eliminado, não podemos nos esquecer de que o racismo é uma ideologia de dominação; é a efetivação no plano da história, no plano da temporalidade e da política, da submissão do outro. Por isso, para compreender e impossibilitar a repetição das ideologias racistas é preciso, por um lado, entender a necessidade da personificação do mal e do negativo que faz com que sejamos tão facilmente persuadidos pelos discursos que apresentam o outro como totalmente ruim, e, por outro lado é preciso pensar o que faz com que os negros tenham sido identificados com o mal e com a negatividade ou vistos como demônios, exóticos e selvagens.

5. Na galeria dos espelhos

“O medo coletivo estimula o espírito de manada (ou grupo) e tende a produzir ferocidade contra aqueles percebidos como não pertencentes ao grupo”^[3].

Bertrand Russell

Octávio de Souza e Miriam Chnaiderman consideram que tanto o exotismo quanto o racismo são dispositivos que as culturas utilizam para dominar o estranho. Para que a pessoa possa vencer, superar a estranheza que lhe é oferecida torna-se necessário devolver ao sujeito o poder de dar, a partir dele próprio, significado para o outro. Em outros termos, eliminamos o estranhamento quando tornamos o outro objeto de nossa ação; oferecemos, nós mesmos, uma lógica a ele, fazendo-o, então, objeto de nossa palavra sem a qual nada pode ser.

Segundo Lacan [1959-1960], nenhuma teoria da história seria capaz de dar conta de uma explicação para o ódio racista que ensejou a barbárie do holocausto. Somente uma referência à tendência humana de cultuar o que chamou de “deuses obscuros”, seria capaz de fornecer algum tipo de explicação.

A história está repleta de exemplos de desumanização e de desqualificação do outro enquanto semelhante. Para os que crêem que o nazismo deixou-nos alguma lição, citemos alguns exemplos mais recentes: o massacre em Ruanda, a guerra da Bósnia e o estupro contínuo das mulheres muçulmanas.

A análise da violação das mulheres muçulmanas põe em evidência um verdadeiro delírio acerca da paternidade. Pela primeira vez, na história militar moderna, a violação foi usada como uma arma de guerra – um instrumento de “limpeza étnica”. Ao violar as mulheres, estariam, imaginariamente, interrompendo o futuro da religião do Outro, ao privá-los de seus filhos - como se o ideal religioso fosse transmitido geneticamente (Cevasco &

Zafiroopoulos, 2001).

De acordo com os autores, a análise do que poderia ser o desejo do violador denuncia o ódio, a paixão mortífera do narcisismo. Ao anexar-se, através da violação da Mãe, aos filhos da Outra religião, golpeia seu inimigo em seu ponto mais íntimo – sua descendência.

Em termos psicanalíticos falamos de regressão e cisão – não existem territórios intermediários entre o seguro e o ameaçador, entre o bem e o mal - apenas vida ou morte.

Há um traço específico nas violências modernas oriundo dos ideais de igualdade, de individualismo e autonomia – a intolerância ao outro. Os filhos desse social encontram-se perturbados à procura desesperada de uma referência que lhes dê um sentimento de pertencimento, de inclusão. Como aponta Calligaris (citado por Vilhena 2005a), *“sem a dimensão da filiação, exercer a própria subjetividade é muito difícil, restando ao sujeito, muitas vezes, apenas um destino de sofrimento e loucura”* (p.13).

O original trabalho de Vergne (2002) mostra como a história oficial tem reservado um lugar de exclusão para as favelas e seus habitantes, em grande número negros. Há um modo predominante de olhar para a favela, mesmo dentro da academia: ela é violenta e violentos são seus moradores. A favela aparece como um lugar, nas grandes metrópoles brasileiras, onde a estranheza na relação com o outro surge de modo insistente. O morador da favela é tido como perigoso, mesmo nos discursos que falam sobre o respeito à diferença, ao reconhecimento da singularidade e à busca de conhecer modos de vida diferentes. Por que isso ocorre?

Não sendo possível ignorar a favela, aprendemos a temê-la e a rejeitar seus moradores, vistos como massa uniforme de um monstro subterrâneo prestes a destruir nosso mundo “ordenado” e “coerente”. Construimos, assim, uma realidade de uma única faceta, sem diferenças, nuances, ou contrastes. Ao morador de favelas não é permitida uma voz que seja diferente do que desejamos escutar; freqüentemente sua diferença é patologizada ou criminalizada. O “exótico” substitui o lúdico e a criatividade.

O discurso da guerra contra o tráfico põe nas páginas policiais, e nas telas de televisão, a imagem insistente do policial com o fuzil apontado em direção ao morro. Os moradores são mostrados, constantemente, sem rosto. Enquanto isso, as mortes diárias ocorridas em bairros pobres da cidade, por ação do tráfico e da polícia, são ignoradas.

O Outro é sempre visto como ameaçador e no tocante a esta população, toda identidade é presumida e toda singularidade é previsível ou é negada. Negros, trabalhadores pobres, desempregados, indigentes, loucos, mulheres, homossexuais, criminosos, crianças, velhos, nordestinos, paraibas, são fixados em identidades coletivas, pré-visíveis, onde todo sentimento vira lamento e onde toda experiência é carência (Zamora 1999).

6. Conclusão

“Esta não é uma reforma simples. É, na verdade, uma revolução. Sexo e raça, porque possuem diferenças visíveis, têm sido a forma principal de organizar os seres humanos como grupos superiores ou inferiores e na designação de trabalhos inferiores (barato) do qual este sistema ainda depende. Estamos falando de uma sociedade onde não haverá papéis que não aqueles escolhidos ou merecidamente ganhos. Estamos falando, em realidade, de humanismo.”^[4]

Gloria Steinem

O que faz com que numa sociedade que propaga valores democráticos, as pessoas aceitem a injustiça e as práticas de discriminação?

Hannah Arendt (1951) ao discutir o caráter das ideologias considera que elas têm uma enorme força de persuasão não por serem fundamentadas cientificamente, mas por corresponderem exatamente às expectativas ou desejos, a necessidades imediatas que, ao final, vão buscar nas ciências e nos cientistas as doutrinas que as possam justificar. É fundamental considerar que essas necessidades e desejos também são construídos historicamente, filosoficamente. Ora, o racismo é uma ideologia e, como tal, também foi concebido como uma estratégia de poder em acordo com as expectativas de parte de uma determinada sociedade.

As sociedades não são entidades em si mesmas. Pelo contrário, só existem através dos indivíduos que as atualizam no exercício de suas vidas pessoais - refiro-me aos inúmeros e diferenciados discursos que circulam numa dada cultura. Além disso, nenhuma cultura, por mais simples que seja, é um todo coerente e indiferenciado, mas uma trama, uma teia como chama Geertz (1978), mais ou menos articulada de discursos freqüentemente contraditórios.

A questão da diferença não se coloca assim, apenas entre culturas, mas no interior de cada uma delas. O que promove a ilusão de unidade e coerência é o fato de que toda a sociedade hierarquiza os seus discursos, conferindo-lhes maior ou menor legitimidade e elegendo aquele que irá reconhecer como o "discurso da cultura/dominante".

Em nossa cultura ou reconhecemos no Outro um semelhante, e nesse caso conferimos a ele os mesmos atributos de humanidade que encontramos em nós ou vemos no diferente o sujeito portador de características desabonadoras, menos “humano” do que nós e, portanto, passível de violências e atos que justificam sua discriminação.

Pensar a sociedade como desracializada permite a alguns negros atribuírem a opressão que sofrem a outros fatores menos dolorosos do que o fator racial. Preserva-se, também a crença de que o esforço individual é reconhecido com imparcialidade. Em uma sociedade individualista e cujo mote é o sucesso pessoal não é difícil imaginar as conseqüências geradas pelo fracasso vivido.

Convém lembrar que o sujeito só abdica de determinados lugares porque a cultura lhe oferece algo em troca - um lugar no mundo dos homens. Uma possibilidade de criar projetos de vida, o direito de pertencer a um grupo, de

ter condições dignas de sobrevivência e o direito de ser visto. Se o acordo que estaria implícito para o ingresso do homem na cultura falha, ou se torna insuficiente, corre-se o risco, dentre outras coisas, da re-instauração da Lei de Talião - olho por olho, dente por dente, das apatias, do fanatismo religioso, ou do sofrimento doentio que exacerba aquilo que é próprio da dor de existir. (Vilhena,2002)

Os vários textos de Freud sobre o narcisismo e os processos de identificação corroboraram este pensamento. No eixo da relação entre o sujeito e o outro, ao aumento do narcisismo parece corresponder a exacerbação da violência.

Em sua teorização sobre o Narcisismo Freud sublinha a necessidade de que condições mínimas de investimento libidinal sejam feitas sobre o corpo da criança para que ela crie um projeto de vida possível e se reconheça como parte da cultura. Contudo, permanece também o risco (que todos continuamos mantendo pela vida afora) de que os sujeitos se encuralem no sofrimento atroz daquilo que Freud enunciou como sendo o narcisismo das pequenas diferenças.

Evitamos o Outro, porque ele é irredutível em trazer sua dessimetria, sua diferença. Ele mostra que não formamos um todo harmônico, uma totalidade. O inaudito, o disruptivo, não pode ser esconjurado pela vida pacificada e nem tampouco poderá ser duradoura uma paz que não pode ser conseguida senão ignorando ou abafando gritos.

Vimos que a atitude de oferecer significado ao outro a partir de si é o que o exotismo faz. É essa leitura que permite a Edward Said considerar que o Ocidente inventa o Oriente e, lançando mão deste discurso, projeta sobre ele suas próprias questões. Uma invenção não deixa de ser face da dominação já que, ao construir uma imagem do Oriente, se efetivam os valores que atraem e ameaçam o Ocidente. O mesmo ocorre em relação à África (Santos 2002).

O racismo se origina como estratégia de diferenciação numa sociedade na qual as próprias estruturas e a própria organização social não mais se incumbem de estabelecer garantias e direitos para todos os grupos que a compõem. Por isso, Lilia Schwarcz (1996) afirma que as teorias racistas e racialistas abortaram, no Brasil, a frágil discussão da cidadania na medida em que a liberdade alcançada por força da lei (após a força das revoltas e sublevações) torna-se inócua diante de um discurso científico que afirma e reafirma a diferença e a determinação do homem pelas raças.

Esse enfoque permite a Chnaiderman dizer que a questão principal do racismo não é o medo do diferente, mas o medo do igual. Compreenda-se o igual não só como aquele que, na versão psicanalítica nos remete aos nossos próprios horrores como também, na versão política e social, aquele que tem acesso aos mesmos direitos que nós, ou seja, partilha do mesmo poder e, conseqüentemente, conosco compete.

Assim, torna-se plenamente compreensível a afirmação de Arendt segundo a qual a persuasão (a persuasão da ideologia racista) não é possível sem que o apelo corresponda às expectativas ou desejos ou, em outras palavras, a

necessidades imediatas.

Qualquer sinal de diferença, de risco de não satisfação, de não reconhecimento pode reconduzir à experiência do desamparo primordial e aos becos sombrios e tenebrosos da violência contra o outro que nos ameaça. Em outras palavras, a ampliação dos mecanismos narcísicos potencializa os mecanismos de impotência e desamparo constitutivos do sujeito, dificultando as práticas de solidariedade social. Seus efeitos acentuam as reações de segregação, o antagonismo e o ódio em relação ao diferente, tornando maiores e insuportáveis as pequenas diferenças entre o sujeito e o outro.

Vemos, então, que a partir da inclusão da realidade social e do ambiente, tanto no processo de constituição do sujeito quanto no cenário da análise, o estudo dos processos psíquicos (nos campos teórico e clínico) vai adquirindo, cada vez mais, maior complexidade. Desde Freud, até os autores pós-freudianos modernos e contemporâneos, esta questão se coloca permanentemente com maior ou menor ênfase.

A configuração do cenário analítico constitui uma tarefa complexa. A re-descrição da clínica tem sido uma questão importante para a psicanálise contemporânea. Percebemos, cada vez mais, a busca de dispositivos analíticos que possam atender a uma diversidade de situações que a caracterizam atualmente, a despeito de sua localização. Seja no consultório particular, seja na comunidade, o psicanalista hoje se depara com muitos desafios.

Um dos traços da especificidade da realidade brasileira é a extraordinária longevidade da cultura e das práticas autoritárias. A estrutura de poder pressupõe a negação dos direitos da maioria da população para que o sistema de exploração possa ser reproduzido sem acidentes maiores.

No Brasil a lei jamais serviu para inibir a ação dos governantes ou a prática da violência ilegal. Como aponta Schmitter (1988), "não existe no mundo país com instituições democráticas que viole tanto as suas próprias leis quanto o Brasil. É o descontrole do Estado". Aqui, a lei serviu univocamente como expressão de dominação sem oferecer nenhuma garantia de direitos fundamentais para a maioria da população.

Se a lei tem de ser dura e temida para ser respeitada e incorporada simbolicamente, esta tem que estar, primeiramente, submetida ao amor e à justiça. Ora, nenhuma tirania é capaz de anular completamente o desejo; mas nesse lugar onde o horror ocupa o lugar da Lei é difícil falar de cidadania:

"Vemos assim, que a lei é a força de uma comunidade. Ainda é violência, pronta a se voltar contra qualquer indivíduo que se lhe oponha; funciona pelos mesmos métodos e persegue os mesmos objetivos. A única diferença real reside no fato de que aquilo que prevalece não é mais a violência de um indivíduo, mas a violência de uma comunidade..."
(Freud, 1932:247).

Neste caso, a violência é posta a serviço da preservação da comunidade e da vida cultural e não do desejo instintivo de matar ou fazer sofrer o semelhante.

Maquiavel já nos apontava o terror desta situação: onde o homem comum não mais se reconhece ou se vê reconhecido em sua cidadania, não se cria um novo território para a existência humana. Eis que a grande maioria continua a conviver e a agir normalmente, demonstrando pelo silêncio, pelo medo, pela violência ou pelo cinismo, a incapacidade da ética em evitar a irrupção da barbárie. Para Costa (1984), a banalização da violência é, talvez, um dos aliados mais fortes de sua perpetuação.

O argumento histórico e sociológico não basta. Um pai pode se sustentar como pai pela violência (eu sou mais forte) ou pela via simbólica (eu sou seu pai), ancorada na sua função de introdutor da Lei. Onde a lei do pai é imposta pela força bruta os filhos não são sujeitos, são submetidos. Não existe compromisso ou pacto; existe submissão ao mais forte - lei espúria e perversa. A lei existe, como dizia Pellegrino (1987), não para humilhar e degradar o desejo, mas para estruturá-lo, integrando-o no circuito do intercâmbio social.

Como aponta Benjamin (apud Chomsky, 1997), a história oficial é a história dos vencedores - não existe uma história dos vencidos. Sob estes se abate uma tríplice violência: a do seu silêncio, para que o vencedor fale em seu lugar; a de sua figura, reduzida a revoltoso ou em nosso caso desajustado e, finalmente, a própria história do vencedor.

Assim, para cada situação de revolta vivida uma nova imagem será sempre criada para desfazê-la ou ocultá-la, numa inversão ideológica que acaba por afirmar a culpa da vítima, estigmatizando-a.

O pobre é pobre porque não trabalha ou não poupa; a favelada, mãe irresponsável que não dispensou à criança os cuidados com higiene e alimentação; a menina estuprada porque é provocadora ou prostituta em potencial, e o "trombadinha" porque, como todos sabem, é um perverso por natureza que deve ser eliminado.

O laço simbólico do qual falávamos diz respeito ao que organiza nossas relações; o que faz o reconhecimento do outro como semelhante e que permite a vida em comunidade. Quando este laço é rompido, ou não pode ser construído, rapidamente aparecem as situações onde a relação passa a ser orientada pelo domínio, pela força e, frequentemente, pela demonização do outro. Acreditamos não ser exagerado afirmar que o descrédito atormenta os excluídos tanto quanto a fome.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARENDDT, H. (1951). *As Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Bar-Tal, D. (1989). *Group beliefs: A conception for analyzing group structure*,

processes, and behavior. New York: Springer-Verlag.

CARONE, I (2003). Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In: Caroe & Bento (orgs) *Psicologia Social do Racismo*. Petrópolis: Vozes. pp 13- 24.

CEVASCO & ZAFIROUPOULOS. (2001). *Odio i Segregation* (cópia mimeo).

CHNAIDERMAN, M. (1996). Racismo, o Estranhamente Familiar: uma Abordagem Psicanalítica. In L. Schwartz & R. S. Queiroz (orgs), *Raça e Diversidade*. São Paulo: Edusp.

CHOMSKY, N. (1997). Consentimento sem Consentimento. A Teoria e a Prática Democrática. In: *Estudos Avançados* 11(29) SP: USP.

COHEN, W (1980). *Français et Africains*. Paris: Gallimard.

COSTA, J.F. (1984). *Violência e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal.

ELLIOT, J. acessado 6 de março de 2006
<http://www.poemhunter.com/quotations/racism/>

ENZENSBERGER, H.M. (1995) *Guerra civil*, São Paulo: Cia das Letras.

FANON, F. (1970) *Escucha blanco!* Barcelona: Nova Terra.

FREUD, S [1921] *Psicologia de Grupo e análise do ego*. IN: ESB volXXIII. RJ: Imago,1976.

----- [1927] *O Futuro de uma ilusão*. In: Edição Standard Brasileira. Edição Eletrônica. Vol.XXI. Rio de Janeiro: Imago. 2000

----- [1929] *O Mal-Estar na Civilização*. In: Op.cit. Vol.XXI.

----- [1932] *Carta a Einstein*. In: Op.Cit. Vol.XXII.

GEERTZ, C. (1978). Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Ed.Zahar.

KRISTEVA, J. (1994). *Estrangeiros para nós mesmos*, Rio de Janeiro: Rocco.

LACAN, J [1959-1960] A Ética da Psicanálise, *O Seminário Livro 7*. RJ: Jorge Zahar, 1988.

LACAN, J [1969-1970] O Averso da Psicanálise. *O Seminário Livro 17*. RJ: Jorge Zahar Editor, 1992.

LIMA, M.E. O. & VALA, J. (2004) Sucesso social, branqueamento e racismo. *Psic. Teor. Pesq.*, jan./abr., vol.20, no.1, p.11-19.

MACHIARELLI, N. (1950). *The Prince and the Discourses*. NY, Random House.

M.V. BILL acessado em 9 de março de 2006
<http://www.realhiphop.com.br/mvbill/>

MOSCOVICI, S. & PÉREZ, J.A. (1997). *Prejudice and social representations*. *Papers on Social Representations*, 6(1), 27-36.

PELBART, Peter Pal (2003). *Vida capital – Ensaio de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras.

- RUSSEL, B. acessado 8 de março de 2006
<http://www.poemhunter.com/quotations/racism/>
- SANTOS, G (2002). Selvagens, exóticos, demoníacos: idéias e imagens sobre uma gente de cor preta. *Estud. afro-asiát.* vol.24, no.2, p.275-289
- SANTOS SOUZA, N. (1983). *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro: Graal.
- SCHWARCZ, L. (1996). As Teorias Raciais, uma Construção Histórica de Finais do Século XIX. O Contexto Brasileiro. In: *Raça e Diversidade*. São Paulo: Edusp.
- SCHMITTER, P. (1988). Condenados à Democracia. In: Caderno Especial, *JORNAL DO BRASIL*, 10/07/88, p.10.
- SOUZA, O. (1994). *Fantasia de Brasil*. São Paulo: Escuta.
- STEINEM, G. acessado em 8 de março 2006.
<http://www.poemhunter.com/quotations/racism/>
- VERGNE, C (2002) *A história dos rostos esquecidos*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC-Rio.
- VILHENA, J (2005 a). Da cultura do medo à fraternidade como laço social. In: Vilhena, Vieiralves e Zamora (orgs) *As cidades e as formas de viver*. Rio de Janeiro, Ed.Museu da República, pp 19-43.
- VILHENA, J (2005 b). *As cores da violência. Notas sobre o racismo*. In: CD-Rom dos Anais do III Encontro Clínico do Centro de Invesigação e Atendimento Psicológico – CIAP. Rio de Janeiro, Ed. PUC.
- VILHENA, J (2002). A Arquitetura da violência. Reflexões acerca da violência e do poder na cultura. In: *Cadernos de Psicanálise*. Rio de Janeiro, SPCRJ. Vol.18. N.21. pp 181-200
- VILHENA, J. & MEDEIROS, S. (2004). O diabo e o gozo do outro. O retorno do demônio no discurso neo-pentecostal. In. *Revista Percurso*. São Paulo. Ed. Escuta ,XVII, n.33, pp-83-92.
- VILHENA, J & SANTOS, A (2000). Clínica psicanalítica com comunidades. Um desafio contemporâneo. In: *Cadernos do Tempo Psicanalítico*. Rio de Janeiro, SPID n.32 pp 09-35.
- VILHENA, J. & ZAMORA, M.H. (2002). Being a Child in a Brazilian Slum. *Clio's Psyche. Psychohistory Forum*. vol.9, n.1- pp16-28. New Jersey, The Psychohistory Forum.
- WHITE, E.G. (1864). *Spiritual Gifts* e tornou a ser publicado em *Spirit of Prophecy* (Edição de 1870). Acessado em 6 de março de 2006
<http://www.quotemeonit.com/racism.html>
- WINNICOTT, D.W (1987). *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes.
- ZAFIROPOULOS, M. & ASSOUN, P. L. (1995). *La haine, la jouissance et la loi*. Paris, Ed Anthropos.
- ZAMORA, M.H. *Textura áspera. Subjetividade e confinamento nas favelas cariocas*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PUC-Rio.

CONTATO:

JUNIA DE VILHENA

e-mail: juniavilhena@terra.com.br

Recebido em 02/10/2006

Aprovado em 17/02/2007

[1] Dehumanization involves categorizing a group as inhuman either by using categories of subhuman creatures such as inferior races and animals, or by using categories of negatively valued superhuman creatures such as demons, monsters, and satans. Trait characterization is done by using traits that are evaluated as extremely negative and unacceptable to a given society (1989: 93).

[2] We learn to be racist, therefore we can learn not to be racist. Racism is not genetical. It has everything to do with power.

[3] Collective fear stimulates herd instinct, and tends to produce ferocity toward those who are not regarded as members of the herd.

[4] This is no simple reform. It really is a revolution. Sex and race because they are easy and visible differences have been the primary ways of organizing human beings into superior and inferior groups and into the cheap labour in which this system still depends. We are talking about a society in which there will be no roles other than those chosen or those earned. We are really talking about humanism.



[Capa](#) | [Atual](#) | [Arquivos](#) | [Sobre](#) | [Acesso](#) | [Avisar](#) | [Contato](#) | [Buscar](#)

Revista Psicologia Política. ISSN: 1519-549X. ISSN eletrônico: 2175-1390